

AGENDA SEMANAL

3ª semana de março/2019

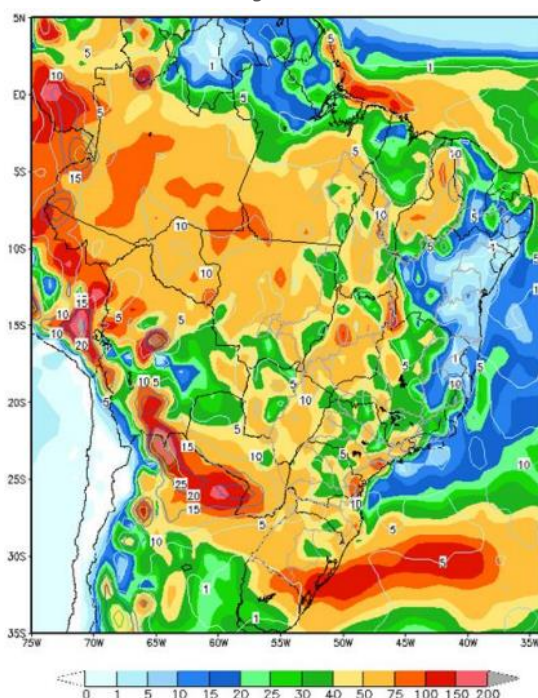
RESUMO CLIMÁTICO:

No início da semana de 02/03 a 08/03/2019 ocorreu chuva fraca a moderada nas bacias dos rios Tietê, Grande, Paranaíba, Tocantins e em pontos isolados do São Francisco. As bacias hidrográficas da região Sul apresentaram precipitação de intensidade fraca no final da semana. No início da semana de 09/03 a 15/03/2019 deve ocorrer chuva fraca nas bacias hidrográficas dos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste. No final da semana as bacias dos rios Jacuí, Uruguai e Iguaçu voltam a apresentar chuva fraca. A bacia do rio Tocantins apresenta chuva fraca isolada no decorrer da semana. Para a semana operativa de 09/03 a 15/03/2019 houve oferta de energia da República Oriental do Uruguai e da República da Argentina. De acordo com o Art. 2º da Portaria MME nº 339, de 15 de agosto de 2018, as ofertas para importação de energia não foram consideradas na elaboração do PMO.

O avanço da frente fria pelas demais áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e a atuação de um sistema de baixa pressão no litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro no início da próxima semana ocasionam chuva fraca nas bacias hidrográficas dos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste. No final da semana as bacias dos rios Jacuí, Uruguai e Iguaçu voltam a apresentar chuva fraca devido ao avanço de um sistema de baixa pressão pela região Sul (**Figura 1**). A bacia do rio Tocantins apresenta chuva fraca isolada no decorrer da semana.

Nas bacias dos rios Paranapanema, Grande, Paranaíba e Iguaçu, e parte das bacias dos rios São Francisco, Uruguai e Paraná, esta previsão é utilizada como insumo nos modelos do tipo chuvavazão, para a previsão de aflúências para a próxima semana.

Figura 1



COMPARATIVO

Em comparação com os valores estimados para a semana em curso, prevê-se para a próxima semana operativa recessão nas aflúências do subsistema Sudeste e aumento nas aflúências dos subsistemas Sul, Nordeste e Norte.

A previsão mensal para março indica a ocorrência de aflúências próximas da média histórica para o subsistema Sudeste, acima da média histórica para o subsistema Sul e abaixo dessa média para os subsistemas Nordeste e Norte.

março/2019 - ENAs previstas				
Subsistema	09/03 a 15/03/2019		Mês de Março	
	MWmed	%MLT	MWmed	%MLT
SE/CO	62.622	92	63.641	94
S	9.565	130	9.120	124
NE	6.120	43	5.763	40
N	22.360	85	22.405	85

Tabela 1

O valor médio semanal do Custo Marginal de Operação – CMO dos subsistemas do SIN sofreu as seguintes alterações:

Patamares de Carga	CMO (R\$/MWh)			
	SE/CO	S	NE	N
Pesada	264,49	264,49	164,36	0,00
Média	260,70	260,70	164,36	0,00
Leve	254,44	254,44	160,22	0,00
Média Semanal	258,55	258,55	162,34	0,00

Tabela 2

ANÁLISE PLD:

O Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio semanal para o período entre 9 e 15 de março caiu 1% ao passar de R\$ 251,81/MWh para R\$ 250,06/MWh nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul. No Nordeste, a redução foi de 3% com o PLD fixado em R\$ 160,22/MWh, enquanto no Norte permanece no valor mínimo de R\$ 42,35/MWh.

A redução do PLD é explicada pela verificação e estimativa de aflúências mais otimistas (de 84% para 87% da média histórica) para março no Sistema Interligado Nacional - SIN, principalmente nas regiões Sul (124%) e Norte (76%). A expectativa de ENAs indica índices em 94% Sudeste e em 40% no Nordeste.

A carga esperada para a próxima semana deve ficar praticamente a mesma da última previsão, com aumento de 100 MW médios no Sul.

Os níveis dos reservatórios do Sistema ficaram cerca de 2.415 MW médios mais altos frente ao esperado, com queda no Sul (-225 MW médios) e no Nordeste (-210 MW médios). Nos Sudeste (+1.220 MW médios) e no Norte (+1.630 MW médios), os níveis estão mais elevados.

O fator de ajuste do MRE esperado para março foi revisto de 139% para 138,6%. O ESS esperado para o período é de R\$ 36 milhões, sendo R\$ 24 milhões referentes às restrições operativas e R\$ 12 milhões à reserva operativa. A CCEE ressalta que considerando a atual conjuntura, a previsão de encargos pode variar.

PLD
Preços válidos de: 09/03/2019 a 15/03/2019

	SE/CO	S	NE	N
Pesada	256,38	256,38	160,22	42,35
Média	252,41	252,41	160,22	42,35
Leve	245,66	245,66	160,22	42,35
PLD Médio	250,06	250,06	160,22	42,35

Valores em R\$/MWh

Tabela 3

Termos utilizados:

ONS (Operador Nacional do Sistema): Órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no SIN.

PMO (Programa Mensal de Operação): é realizado pelo ONS com a participação dos agentes. Os estudos – realizados em base mensal, discretizados em etapas semanais e por patamar de carga, revistos semanalmente – fornecem metas e diretrizes a serem seguidas pelos órgãos executivos da Programação Diária da Operação Eletroenergética e da Operação em Tempo Real.

SIN (Sistema Interligado Nacional): Sistema constituído de instalações de produção e transmissão de energia elétrica, todas interligadas, que atende cerca de 100% do mercado nacional de energia elétrica.

ENA (Energia Natural Afluente): o volume de energia que pode ser produzido a partir de chuvas em um local específico e prazo.

MLT (Média de Longo Termo): fluxo de água natural média do mesmo período de tempo, como observado na série histórica de dados.

PLD (Preço de Liquidação das Diferenças): preço à vista de energia.

Fontes: CCEE e ONS (InfoPLD e Relatório Executivo do Programa Mensal de Operação PMO).

DESTAQUES DA SEMANA:

Mercado destaca previsibilidade do calendário de leilões de energia

Executivos cobram disputa mais equilibrada e lembram que antecipação das datas dos certames da sinalização positiva para investidores

A publicação pelo Ministério de Minas e Energia de um calendário de leilões de energia nova e existente até 2021 foi bem recebida por geradores ouvidos pela **Agência CanalEnergia**. Lideranças de associações do setor destacaram a previsibilidade com ponto positivo das portarias 151 e 152, do MME, mas a expectativa nos segmentos que têm tido participação pouco expressiva nos certames é de que as condições dos futuros editais possibilitem uma disputa mais justa e equilibrada entre as fontes de geração.

As portarias publicadas pelo MME na última quarta-feira, 6 de março, preveem para cada ano dois leilões de energia nova com início de suprimento em quatro e em seis anos. Para esse ano, estão previstos certames em junho (A-4) e em setembro (A-6). Para 2020 e 2021, os leilões devem acontecer em abril (A-4) e em setembro (A-6). Já os leilões A-1 e A-2, de energia existente, serão realizados em dezembro de cada ano.

“A gente vê isso com muito bons olhos. Há um horizonte de previsibilidade”, destacou Paulo Arbex, presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e de Centrais Geradoras Hidrelétricas. Na opinião do executivo, a decisão de definir as datas dos leilões com antecedência “é muito salutar”, mas o mais importante é que o governo corrija “um erro gravíssimo cometido por governos anteriores, que foi a contratação pífia de PCHs e CGHs nos últimos 15 anos.”

Arbex disse que está animado e esperançoso de que haja uma espécie de reparação às PCHs, que precisam de um preço mínimo entre R\$ 260/MWh e R\$280/MWh para que haja um número significativo de contratações. Ele lembrou ainda que as pequenas hidrelétricas não têm incentivos como o Repetro (regime da área de petróleo que beneficia térmicas a gás), acesso a empréstimos em condições semelhantes às de outras fontes e nem redução de impostos.

O presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Zancan, disse que o anúncio antecipado dos leilões mostra ao investidor internacional que o Brasil vai contratar energia e que haverá oportunidades para todas as fontes. Zancan destacou que se a reforma da Previdência passar no Congresso vai ter muito dinheiro que está disponível no mundo à espera de bons projetos. Com isso, acrescentou, o sinal para o investidor é fundamental.

“Eu acho que é extremamente positivo, porque se você está com perspectiva de o país começar a crescer – fala-se em 2% esse ano – isso rebate diretamente na energia. Então, tem que prever a expansão”, disse o executivo. Defensor de um programa de modernização do parque térmico a carvão, Zancan também criticou o que chama de concorrência desleal dos empreendimentos a gás natural. Os projetos a carvão têm competido, segundo ele, com preços na faixa dos R\$ 270/MWh, R\$ 280/MWh. “Não temos financiamento do BNDES. O gás tem. Por outro lado, tem o gatilho para o preço de uma usina térmica a gás, que é 75% combustível e 25% Capex. É o contrário do carvão. A gente não tem um gatilho para segurar a questão da variação cambial”, argumentou. Zancan também criticou os incentivos do Repetro para a fonte.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, vê a publicação das portarias com as datas dos certames para os próximos três anos como “um avanço importante para o setor, que sempre pediu previsibilidade para os leilões.” A executiva ressaltou que o volume de contratações vai depender de vários fatores, mas a existência de um calendário, por si só, “já é uma segurança importante.”

“Estamos falando de um setor que mobiliza grande volume de investimentos, e para as empresas é imprescindível ter essa previsibilidade para poder planejar seu crescimento de maneira sustentável”, disse Elbia. Ela destacou que no segmento de energia eólica a previsibilidade também é importante para milhares de trabalhadores, já que cerca de 80% da produção de equipamentos está no Brasil.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Flávio Neiva, citou como pontos fortes do calendário a boa sinalização para o mercado da disposição do governo em licitar novos empreendimentos para atender ao crescimento da demanda por energia elétrica; a previsibilidade, que permite melhor planejamento pelos investidores; e a definição de oportunidades de investimentos por meio de leilões.

Neiva observou, porém, que “a informação carece de um maior detalhamento quanto às fontes a serem licitadas em cada leilão” e “se serão leilões por quantidade ou por disponibilidade”, além das quantidades a serem contratadas. “A Abrage espera que a fonte hídrica, especialmente as UHEs com reservatório de acumulação, sejam contempladas nesses certames”, afirmou o executivo.

A publicação da agenda de leilões é vista pelo presidente executivo da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia e do Fórum das Associações do Setor Elétrico, Mário Menel, como o ato que traz a previsibilidade e segurança jurídica que o setor esperava há muito tempo. Com as portarias publicadas pelo governo no Diário Oficial da União, comentou ele, o grau de incerteza é reduzido, pois atribui maior prazo para o planejamento dos geradores. Menel acrescentou, no entanto, que há a incerteza quanto à demanda que será declarada pelas distribuidoras, um item de relevância para a realização das disputas.

O dirigente destacou que a perspectiva atual é de melhoria da economia de um modo geral, fator que levou a essa sinalização de leilões para os próximos três anos. “Primeiro se determina o cronograma e depois vamos analisar a demanda, com essa antecipação há tempo de verificar a necessidade do certame. Se for necessário suspende o leilão. Os agentes não veem problema nessa ação. É melhor do que estar tudo pronto, mas sem demanda, ou o contrário, ter demanda e não termos os projetos devidamente organizados. Essa foi uma medida acertada, que já vem da época do Fernando Coelho Filho e que, diante das dificuldades daquele momento, não dava antecipação de três anos”, afirmou Menel.

Para o executivo, a questão da indefinição das fontes nesse momento não é um grande problema, até porque ainda há o processo de mudança do marco regulatório derivado da CP 33 que pode alterar de maneira significativa a forma de se contratar energia. Ele explicou que hoje há uma metodologia de contratação que pode ser alterada, e uma fonte hoje mais competitiva que outra pode não ser mais assim em uma eventual alteração do marco regulatório. “Seria prematura a definição das fontes nos leilões neste momento”, definiu.

Na avaliação do presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan, o calendário é positivo, pois traz uma sinalização aos investidores do que vai ocorrer em termos de leilões no período. Essa agenda, que era esperada há muito tempo pelas empresas, vai ao encontro da necessidade de previsibilidade que o setor elétrico pedia aos últimos governos. Até porque, lembrou ele, temos uma perspectiva de crescimento da economia que reflete no aumento da demanda. Por isso, indicar a continuidade dos investimentos em geração traz confiança ao país.

Vivan aponta, porém, que essa é apenas uma das pendências que o setor tem, e enumera outras como a questão do GSF (que mede o risco hidrológico) e a mudança do marco regulatório que está em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, a falta de definição das fontes por leilão é um dos pontos que ainda merecem atenção, mas, concordou ele, esse é um segundo passo.

“Com essa definição você tem um sinal positivo importante. É óbvio que teremos ajustes mais para frente a depender de como se comportará a economia, mas a definição da agenda já ajuda a movimentar o setor e cria uma perspectiva positiva e virtuosa com os investidores mais confiantes”, comentou.

Xisto Vieira Filho, presidente executivo da Associação Brasileira dos Geradores Termelétricos, por sua vez, criticou a manutenção da separação entre energia nova e existente. Ele lembrou que a entidade é contrária a essa medida. Além disso, destacou que o governo precisa indicar que tipo de contratação pretende fazer, se busca segurança energética, serviços ancilares ou outra característica. E que isso, continuou, é obtido por diferentes fontes.

“Nos leilões o governo tem que levar em conta os atributos de cada fonte. Não pode pegar uma eólica e uma térmica, que têm atributos diferentes, uma com viés ambiental e a nossa atribui a segurança que o setor precisa”, exemplificou. Apesar disso, o executivo afirmou que é um caminho positivo, mas que precisa ainda de uma indicação adicional que é a definição das fontes.

Vieira Filho defendeu ainda que a térmica seja permitida no A-4 sem restrição, até porque o certame é caracterizado pelas fontes intermitentes. “Há térmicas que se viabilizam nesse prazo e promovem serviços importantes ou com o fechamento de ciclo. É inadmissível não participar nesse certame”, acrescentou.

Pelo lado da biomassa, a União da Indústria da Cana de Açúcar afirma que a sinalização do governo foi positiva, mas que ainda é importante acrescentar na previsibilidade para os investidores a inclusão de um produto específico para a fonte no

A-6, já que esta compete com carvão e gás natural. “Se uma térmica a gás entrar no certame em que participamos há um deslocamento grande das usinas a biomassa. Não é à toa que em 2018 tivemos nosso terceiro pior ano de contratação e, se não mudar esse cenário, o ambiente continuará o mesmo”, disse o gerente de bioeletricidade da Única, Zilmar de Souza.

No caso das PCHs e usinas até 50 MW, Charles Lenzi, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, comentou que as portarias representaram um importante avanço para o país em termos de previsibilidade e possibilidade de planejamento para os agentes. “Obviamente, se houvesse a sinalização das fontes de cada leilão e demanda seria muito mais interessante, mas é compreensível que neste momento isto esteja sendo estudado pois depende da avaliação das distribuidoras e seu mercado e do crescimento do país”, destacou o executivo. “Então ainda é prematuro falarmos em demanda”, concordou Lenzi. Em sua análise, o cronograma permitirá que os agentes possam entrar nos leilões e participem de forma mais eficiente. [1]

Eletrobras não será privatizada, mas sim capitalizada, afirma Albuquerque

Nos EUA, ministro destacou que a operação “está caminhando”, e que será semelhante à realizada com a Embraer

5

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou na última quinta-feira (7), em evento com a presença de investidores e de autoridades estrangeiras nos Estados Unidos, que a Eletrobras não será privatizada, mas sim capitalizada, em um modelo semelhante ao que foi adotado na Embraer – cujo controle acionário foi adquirido recentemente pela norte-americana Boeing. “Não vai haver privatização; vamos fazer uma capitalização”, disse, ao responder perguntas dos participantes da palestra “Perspectivas para o Setor de Energia no Brasil”, realizada por ele em Washington.

Albuquerque não deu prazo para a realização da capitalização, mas disse que o assunto “está caminhando” dentro da equipe do MME. Segundo ele, a estatal estava quebrada e hoje está estável e atrativa para novos investimentos. Lembrou que a Eletrobras é responsável por 30% da geração de energia elétrica do país e por 50% da atividade de transmissão, e que, sob a empresa, estão outras grandes companhias do setor, como Itaipu Binacional, Chesf, Eletrosul, Eletronorte e Eletronuclear, além de um número grande de pequenas empresas de geração e transmissão de energia.

No último mês de fevereiro, a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, reafirmou, em entrevista à imprensa, que a capitalização da Eletrobras é um assunto prioritário para o governo federal, mas que o modelo da operação ainda está sendo alvo de debates dentro da pasta e em outras áreas, como a econômica, e que por isso a tendência é que o tema fique de fato para o ano de 2020. Logo depois, a equipe do Ministério da Economia resolveu retirar do Orçamento deste ano a previsão de arrecadação de R\$ 12 bilhões em receitas oriundas da operação de desestatização da Eletrobras.

Entre as questões que estão sendo discutidas no âmbito da desestatização da Eletrobras, citou Bento Albuquerque, está a destinação a ser dada tanto à hidrelétrica de Itaipu Binacional, que pertence ao Brasil e ao Paraguai, quanto à Eletronuclear. “Algumas soluções terão que passar pelo Congresso Nacional. Vamos trabalhar juntos para ter o melhor arcabouço jurídico neste processo”, explicou o ministro durante o evento. Na ocasião, ele também falou outras questões do mercado de energia do Brasil que estão na agenda de ações de curto prazo do governo brasileiro.

Entre elas está a viabilização da linha de transmissão Manaus – Boa Vista, que irá conectar a capital amazonense e o estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional a partir da usina de Tucuruí (8.370 MW – PA). A construção do empreendimento foi declarada prioridade de Defesa após o agravamento da crise política na Venezuela, que pode afetar todo o fornecimento de eletricidade para Roraima. “A construção está parada há cerca de oito anos esperando para receber uma licença de instalação”, informou, destacando a burocracia no processo de licenciamento ambiental.

O ministro destacou também a realização de estudos, por parte da Empresa de Pesquisa Energética, para mapear a ampliação do programa nuclear brasileiro na área de energia para além da construção da usina de Angra 3. Ele destacou que a energia nuclear é limpa e dá segurança energética em um país de dimensões continentais como o Brasil, e que a participação da fonte na matriz energética brasileira (atualmente em 1,2%, passando a 2% com Angra 3) é muito pequena, considerando o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível por parte do Brasil, dono de grandes reservas de urânio. [1]

Fonte: [1] Canal Energia (acessado em 08/03/2019).

AGENDA DESTA SEMANA (09/03 A 15/03)

ANEEL:

11.03 – Segunda-Feira às 10h - Lista da 9ª Sessão de Sorteio Público Ordinário de 2019

- Edital de Chamada de Projeto Estratégico nº 22 de P&D: “Desenvolvimento de Soluções em Mobilidade Elétrica Eficiente”.

12.03 – Terça-Feira às 9:00h – Pauta da 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2019

- Resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Ampla Energia e Serviços S.A. (Enel Distribuição Rio).
- Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Light Serviços de Eletricidade S.A.
- Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Enel Distribuição Rio (Ampla Energia e Serviços S.A.)

CCEE:

SEG
11.03

- Data limite para o repasse dos créditos da Conta Bandeiras (somente às distribuidoras credoras) jan/19 (MS+26du)
- [contas setoriais] Recebimento das cotas CDE (Todo dia 10 de cada mês)
- [contas setoriais] Data limite para envio do formulário para solicitação do reembolso preliminar e respectivas notas fiscais fev/19 (MS+10dc)
- Término do período para inserir declarações de sobras e déficits - MCSD de Energia Existente mar/19 (M+6du)
- Data limite para Registro e Validação dos montantes de Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo eólica (se for o caso) jan/19 (X+5du)
- Data limite para divulgação da apuração dos valores a serem pagos por cada agente de distribuição de Angra I e II fev/19 (MS+6du)
- Data limite para divulgação dos relatórios de pré-liquidação de Angra I e II fev/19 (Z-5du)
- Débito da Liquidação Financeira do MCP jan/19 (MS+26du)

TER
12.03

- [contas setoriais] Data limite para envio do formulário para solicitação de reembolso de sub-rogação de empreendimentos em operação comercial na CCC fev/19 (MS+7du)
- Crédito da Liquidação Financeira do MCP jan/19 (MS+27du)
- Pagamento de Penalidades fev/19 (LCmcp)
- Data limite de Registro de CCEAL/CBR e de Cessão de Montantes fev/19 (Até as 20h00), conforme CO n° 140/19
- Data limite para divulgação da Receita de Venda preliminar fev/19 (20 de MS - 6du)
- Data limite para divulgação dos relatórios de pré-liquidação de Cotas de Garantia Física fev/19 (W-5du)
- Data limite para divulgação dos resultados da Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo biomassa jan/19 (X+7du)
- Data de vencimento do boleto do encargo da CONTA-ACR pelas Distribuidoras (Todo dia 12 de cada mês)
- Data limite para divulgação da apuração dos valores a serem pagos por cada agente de distribuição de Cotas de Garantia Física fev/19 (MS+7du)

QUA
13.03

- Liquidação Financeira do Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE fev/19, conforme CO n° 035/19
- Data limite de Validação de Registro de CCEAL/CBR e de Cessão de Montantes fev/19 (Até as 20h00), conforme CO n° 140/19
- Data limite para solicitação de ajustes no SCDE fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para Registro e Validação dos montantes de Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo solar (se for o caso) jan/19 (X+7du)
- Data limite para disponibilizar os montantes finais de sobras e déficits validados - MCSD de Energia Existente mar/19 (M+8du)
- Data limite para divulgação da apuração de Energia de Reserva fev/19 (MS+8du)
- Data limite para divulgação dos valores a liquidar de Energia de Reserva fev/19 (MS+8du)
- Data limite para divulgação da apuração final das cotas de energia do PROINFA fev/19 (MS+8du)
- InfoMercado Mensal jan/19 (MS+28du)
- Data limite para divulgação dos resultados da Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo eólica (se for o caso) jan/19 (X+7du)

QUI
14.03

- Data limite para análise das solicitações de Ajustes e estimativa no SCDE fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para o registro do preço de venda do CCEAL para recomposição de lastro de usinas em atraso fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite de Ajuste de CCEAL/CBR e de Cessão de Montantes fev/19 (Até as 20h00), conforme CO n° 140/19

- Data limite para informar o percentual de geração mensal da parcela ACL da usina para atendimento aos CCEARs por disponibilidade ou aos CERs fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para solicitação SEM PENDÊNCIA: (i) de inclusão de cadastro associada ao processo de adesão do candidato a agente, e/ou (ii) de inclusão/alteração/exclusão de cadastro de agentes/ativos/pontos de medição mar/19 (M-12du)
- Certificação de pós-liquidação do Mercado de Curto Prazo jan/19 (MS+29du)
- Data limite para declaração de montante de garantia física de agentes proprietários de usinas sem garantia física definida (após a entrada da primeira unidade geradora em operação comercial) fev/19 (MS+9du)
- Data limite para solicitação SEM PENDÊNCIA de desligamento voluntário de agente mar/19 (M-12du)
- Data limite para divulgação dos resultados da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo jan/19 (MS+29du)

SEX
15.03

- [contas setoriais] Pagamento dos repasses de subsídio da conta CDE (Todo 10º du de cada mês)
- Data limite para divulgação dos valores a liquidar das cessões do MCSD de Energia Existente fev/19 (X-6du)
- [contas setoriais] Data limite para envio da medição de consumo de combustível e geração de energia das usinas do interior para reembolso na CCC fev/19 (MS+15dc)
- [contas setoriais] Data limite para envio do formulário para solicitação do reembolso mensal da CCC e inserção das notas fiscais no sistema fev/19 (MS+15dc)
- [contas setoriais] Pagamento do reembolso final da CCC jan/19 (MSS+15dc)
- [contas setoriais] Recebimento das cotas RGR (Todo dia 15 de cada mês)
- [contas setoriais] Pagamento dos repasses de subsídio da conta RGR (indenização da reversão de ativos e devolução de quotas) (Todo dia 15 de cada mês)
- Data limite para informar montante de declaração de recomposição de lastro de usinas em atraso por contrato ou garantia física fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para validação do registro do preço de venda do CCEAL para recomposição de lastro de usinas em atraso fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite de Validação de Ajuste de CCEAL/CBR e de Cessão de Montantes fev/19 (Até as 20h00), conforme CO n° 140/19
- Dados de medição disponíveis no SCDE que serão utilizados para contabilização fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para registro de contrato de compra de energia regulada (CCER) de consumidores parcialmente livres no CliqCCEE fev/19, conforme CO n° 140/19
- Data limite para divulgação dos resultados da Cessão de Energia de Reserva para usinas do tipo solar (se for o caso) jan/19 (X+9du)
- Data limite para disponibilização dos relatórios de pós-pagamento de penalidades fev/19 (LCmcp+3du)
- Data limite para divulgação de resultados de recontabilização para os agentes da CCEE (MS+10du)
- Data limite para divulgação da apuração dos valores a liquidar das cessões do MCSD de Energia Nova fev/19 (MS+10du)
- [contas setoriais] Pagamento do reembolso carvão fev/19 (MS+15dc)

8

Disclaimer

Este relatório é distribuído de forma gratuita e exclusiva aos clientes **COMPASS/EIG** com a finalidade de prestar informações relevantes para o acompanhamento regulatório do mercado de energia elétrica no Brasil. Não representa em nenhuma hipótese uma recomendação de compra ou venda de energia elétrica. Apesar de todo o cuidado tomado na elaboração deste relatório de forma a garantir que as informações contidas reflitam com precisão as informações presentes no mercado no momento, a **COMPASS/EIG** não se responsabiliza por decisões tomadas em função das informações, dado seu caráter dinâmico e de rápida obsolescência. Este boletim não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado para qualquer fim.